

Daxiyangguo

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2021, Número 27, páginas 91-110

DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2021.27/pp.91-110

A Ascensão do Elefante: A Política Externa da Índia

The Rise of the Elephant: India's Foreign Policy

Pedro Matias Santos*

* Instituto do Oriente, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Portugal;
Email: psantos@iscsp.ulisboa.pt

DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2021.27/pp.91-110

RESUMO

No contexto do Oriente, as novas potências mundiais serão a China, em primeiro lugar, e a Índia em terceiro lugar, arredando os EUA para a posição de segunda potência mundial. Pretende-se, em primeiro lugar, dar conta da política externa da China e somente depois da política externa da Índia, como contrarresposta à primeira, incidindo na questão do acesso ao petróleo, posto que este recurso fóssil é parco para ambas as potências mundiais asiáticas. Pretende-se, em segundo lugar, estudar a relação entre as políticas internas e externas do Dragão e do Elefante, particularmente, neste último caso, assim como se pretende dar conta das estratégias da União Indiana de ir ao encontro de aliados como forma de reagir à hegemonia da China.

Palavras-chave: Política Interna; Política Externa; Índia; China

ABSTRACT

In the context of the East, the new world powers will be China, in first place, and India in third place, moving the USA to second world power. It is intended, in the first place, to account for China's foreign policy and only then for India's foreign

policy, which is a counter-response to the former, which has its foreign policy more systematized, namely, in terms of access to oil, since this resource is scarce for both Asian world powers. Secondly, it is anticipated the study of the relationship between the internal and external policies of the Dragon and the Elephant, particularly in the latter case. It is intended to give an account of the Indian Union's strategies of reaching out to allies as a way of reacting to the hegemonic China as well.

Keywords: Domestic Policy; Foreign Policy; India; China

1. O Cenário Internacional

Segundo as projeções do Standard Chartered Bank, em 2030 as primeiras dez Grandes Potências Mundiais serão: China — que será a potência hegemónica —, seguida — em ordem descendente — pelos Estados Unidos, passando a potência segunda, Índia, Japão, Alemanha, Brasil, Reino Unido, França, Indonésia, Rússia (Pinto, 2015: 49).^[1] No contexto Asiático para onde migram os capitais internacionais que até então estavam centrados nos dois lados do Atlântico, a costa ocidental da Europa e a costa leste dos EUA, temos agora num outro novo centro do mundo as duas novas Grandes Potências da Ásia, o Elefante e o Dragão, a Índia e a China, respetivamente, como designam de modo estilizado já por vários autores (em ambos os casos, o exemplo paradigmático do livro de Meredyth (2007), e, no caso do Elefante, em particular, Sheshabalayan (2006).^[2] O Centro do Poder está agora situado no Oceano Indiano e no Oceano Pacífico.

Apesar da sua neutralidade inicial quanto ao crescimento económico da China, este último foi tal, que neste momento, o foco geoestratégico de Nova Deli no Indo-Pacífico tem vindo a aumentar; está relutante em aceitar que a China seja o principal condutor da política do Indo-Pacífico, aproximando as suas relações estratégicas com os EUA e seus aliados como o Japão (inicialmente, Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos, comumente designado por *Quad*) e, logo, estabelecendo relações comerciais com o ASEAN (Vietname, Singapura e Indonésia, mais recentemente), isto é, os atores principais do Indo-Pacífico que não a China, pretendendo prevenir que esta domine os dois oceanos (Rajagopalan, 2020: 76-77).

1. Assim como, “[u]ma vez que a China e a Índia crescem a uma velocidade seis a oito vezes superior que a União europeia, não é de surpreender que a Europa perca [também] a sua posição industrial e tecnológica” (Sheshabalaya, 2006). A Índia exporta automóveis também quer para os EUA quer para a Europa.

2. Consultar: <<https://www.ifpri.org/publication/lessons-learned-dragon-china-and-elephant-india>>.

Embora, paradoxalmente, o Primeiro-Ministro Narendra Modi declare que: “a Índia não vê o vê o Indo-Pacífico como uma estratégia”.^[3] O segredo está na alma do negócio. Mas se “China’s policy is one of strategic encirclement of India” (Singh, Abhijit et al. cit. in Rajagopalan, 2020: 79), a Índia tem de responder com um segundo cerco à volta da China ainda maior, da costa oriental de África à costa ocidental dos Estados Unidos, que é uma redefinição das suas prioridades (Rajagopalan, 2020: 78). De novo, nas palavras de Modi: “from the shores of Africa to that of the America’s” (cit. in Rajagopalan, 2020: 78).

A *contrario*, a China continua a rejeitar o novo conceito de “Indo-Pacífico” e continua a usar o termo “Ásia Pacífico” para descrever a sua região geográfica, pretendendo fazer crer que a estratégia norte-americana do Indo-Pacífico não tem como fim conter a ascensão da China (He & Li, 2020: 1-2).^[4]

Com certeza, porém, para colocar em xeque a hegemonia chinesa, terá de haver inevitavelmente uma aliança estratégica entre as políticas externas da Índia e dos EUA (Sheshahabalaya, 2006: 276).^[5]

2. O Calcanhar de Aquiles da China e da Índia: O Acesso aos Recursos Fósseis

O calcanhar de Aquiles das novas potências mundiais asiáticas é a falta extrema de recursos fósseis, designadamente, petróleo, gás natural e carvão, que são parcos, sendo que 90% destes recursos são traduzidos por via marítima.^[6]

O gás natural é importado pelas duas potências a partir de *pipelines* por via terrestre com origem no Turquemenistão, ex-república da União Soviética, e que se trata de um Estado turcófono, agora sob a influência da Turquia do que propriamente de Moscovo, tendo a Turquia investido, a título de exemplo, sob a forma de Programas Erasmus a mobilidade de estudantes universitários, um primeiro passo, para reforçar os laços culturais, linguísticos, económicos e políticos com os Estados Turcófonos da Ásia Central.

Mas em relação ao acesso ao petróleo, “o ouro negro” é um caso diametralmente oposto, este é trazido por via marítima, diria, o mais recurso fóssil mais determinante para o seu desenvolvimento económico.^[7] A Índia importa do próximo Irão o seu petróleo, sem pejo algum, o que levanta, no entanto,

3. Sobre o novo e determinante conceito na região, em particular, e nas relações internacionais em geral, “Indo-Pacífico”, veja-se IDNbrief (2021).

4. Para uma leitura que tem que ver com a China e o contexto Ásia-Pacífico, ver Romana (2002).

5. Para uma definição de política externa, ver Patrício (2014).

6. Para uma leitura extensa de uma obra incontornável sobre as geoestratégias marítimas da Índia e da China, vide tese de mestrado no ISCS de Gerard Pinto (2015), a quem foi atribuído o prémio Marinha.

7. Para uma geopolítica do petróleo, veja-se Fonseca (2003).

por vezes, problemas diplomáticos com os EUA que têm uma posição clara e inequívoca contra este Estado teocrático cuja *Staatsreligion* é o Islão Xiita. A China, um país continental de longa história, é agora anfíbia, que, desta feita, vai mais longe: desde as zonas económicas especiais, passando pelo *String of Pearls*, e chegando por via terrestre, por linhas de comboio, à zona de Kartum no Sudão e mais longe ainda a Angola (Cf. Pinto, 2015). Refira-se que a República Federal da Alemanha no seu *Drang nach Osten* importa o petróleo da Rússia, mas tem estado também interessada no petróleo de Angola, pelo que já começou as primeiras negociações.

3. Os Imperativos Económicos e a Política Externa da China

De acordo com Pinto (2015), o Império do Meio vai buscar o seu petróleo mais longe, desde as suas Zonas Económicas Especiais, designadamente, Hong Kong, por via marítima até chegar a Dar-Es-Salaam na costa da Tanzânia, contornando o Golfo de Aden e depois por via terrestre, por caminho de ferro cuja construção foi financiada pela própria China, até na zona de Kartum no Sudão, e também por via terrestre cujo financiamento é também chinês até ao porto de Lobito em Angola, um excelente porto para fazer chegar o petróleo do enclave de Cabinda. Podemos colocar aqui uma pequena nota roda de pé pois a África permanece, como um *locus classicus* da academia francesa tão bem designa por *le continent perdu*, com uma primeira colonização, a da escravatura, uma segunda colonização resultante da Conferência de Berlim em 1883-1884, onde se definiram as áreas de influência e “de acordo com o princípio da ocupação efetiva” (Mendes, 2014: 93) por entre as potências coloniais europeias, e é agora mais recentemente refém da China que explora todos os recursos fósseis, contribuindo até mesmo para uma indústria da madeira, com a desflorestação, por exemplo, em Moçambique.

Como fazem os chineses a partir de Hong Kong para chegar ao petróleo dos longínquos Sudão e, sobretudo, da longínqua Angola? Fazem-no por via marítima, que no caso chinês é designado por *String of Pearls* (Korybko in Pinto, 2015: 75) uma vez que para chegar a Dar-es-Salam na costa da Tanzânia, os chineses estabeleceram acordos com países desde o Sudeste Asiático, passando pelo Sri Lanka e Paquistão até à contracosta africana que lhes cederam portos à China, entretanto, já alguns militarizados, para se irem reabastecendo os seus navios petroleiros. Mas também o fazem por cabotagem, os navios petroleiros chineses desde Camboja, Myanmar, Sri Lanka, Ilhas Maldivas, Paquistão. O conjunto destas praças, algumas entretanto militarizadas, são portos e bases navais úteis potencialmente numa guerra contra a Índia, dada a influência da China no Oceano Índico e a China faz todo um círculo por

mar em torno do subcontinente indiano desde a Baía de Bengala até ao mar da Arábia, conhecido como o *String of Pearls*.

Mas o *String of Pearls* parece ter um ponto fraco: a distância da base naval cedida por Myanmar até ao Sri Lanka, por demais longínqua, e que tinha obstáculo natural as Ilhas Andaman (arquipélago que faz parte do território da União Indiana), chamada pelos indianos a “Cortina de Ferro” (*The Economist* in Pinto, 2015). O arquipélago geográfico não é território inteiro e exclusivo da Índia, há duas ilhas a Norte, designadas por Ilhas Coco que já escapam à zona económica marítima exclusiva da Índia, são já território insular de Myanmar, onde este último país, além da na sua costa continental, também cede no seu território insular as Ilhas Coco para o estabelecimento de uma base naval chinesa.

Com cabotagem por praças, portos e bases navais de reabastecimento já militarizadas cedidas na costa pelos países do Sudeste Asiático, a China consegue contornar as Ilhas Andaman, que seria à partida a esperada Cortina de Ferro da Índia parte do território da União Indiana, com a construção de uma praça nas Ilhas Coco que fazem parte do mesmo arquipélago, mas é já território de Myanmar que cede praças quer na sua costa quer neste território insular. Como vemos, passando pelo Sri Lanka pelo Paquistão, pelo Mar Arábico e pelo Mar Vermelho até ao Porto Sudan com uma linha férrea construída cuja construção foi financiada pelos chineses até Kartum, capital do Sudão e outra linha férrea da costa à contracosta, passando pelos territórios da Zâmbia e da República Democrática do Congo até Angola, ao Porto de Lobito, construído no tempo dos Portugueses e de novo deste porto marítimo até Cabinda, pequeno enclave — que pela sua riqueza em petróleo — assumiu, muitas vezes, na História de Angola contornos secessionistas.

4. A Lição de História do *British Raj*

Como pude constatar na minha tese de doutoramento sobre a História do subcontinente indiano e a política doméstica da Índia pós-colonial (Santos, 2015), quem controla a África Oriental controla o mar Índico e assim a própria Índia. Foi a lição geoestratégica que os Britânicos deixaram da necessidade de controlar o Estreito do Suez para o promover o mercantilismo, em que a “*Jewel in The Crown*”, “*South Asia*” a colónia mais importante do maior império colonial vitoriano, era simultaneamente exportadora de matérias-primas, alimentando a indústria de lanifícios do Lancashire, e importadora dos produtos manufaturados, adiando-se assim a industrialização desta colónia maior até à segunda década já do século XX. Interessava à Grã-Bretanha tornar o Hindustão dependente dos tecidos manufaturados no Norte de Inglaterra. A Índia era vista como uma produtora privilegiada de matérias-primas como

o chá e o algodão. Este último era levado por via terrestre para Bombaim, centro nefrágico das linhas férreas que chegava do vasto interior até a esta capital económica do *British Raj*, como é nos dias de hoje. Eram levados por via marítima pelo estreito de Suez, daí o interesse geoestratégico da ocupação do Egito, passado pelo mediterrâneo até às indústrias de lanifícios do Norte de Inglaterra e que eram depois recambiadas já manufaturadas de novo para Bombaim, de novo, pelas linhas férreas.^[8]

Não é por acaso que Gandhi na sua política de *svaraj* (independência política) acrescentou simultaneamente a *svadeshi* (independência económica), como forma de boicote do Raj britânico, convocava dias de jejum, *vrat*, prática comum a todas as comunidades religiosas da Índia, apesar do *communalism*, (conflitos entre comunidades religiosas), em que as pessoas não vão trabalhar, convocando indiretamente, uma greve, sem os indianos do interior entenderem o sentido do inglês *strike*, i.e., com esta prática do *vrat* teve o efeito pretendido de uma greve, como forma de luta não violenta. Outro exemplo, desta nova forma de luta não violenta, *non-violence*, *ahimsa*, de Gandhi, que tanto influenciou Martin Luther King na defesa dos direitos civis da comunidade *black*, ou um seu pleonasma, comunidade afro-americana, e ainda Nelson Mandela, foi a indicação dada por Mahatma Gandhi a todos os indianos produzirem o seu próprio *khadi*, tecido, como forma de boicotar a conceção mercantilista acima descrita, pelo que a roda de fiar se encontra no centro do *tri ranga* da bandeira da União Indiana.

Tudo isto para dizer que quem controla o acesso ao Oceano Índico controla o acesso à Índia, não é por acaso que o eixo Cabo-Cairo ao longo de toda a África Oriental, tinha como propósito primeiro não ter uma presença efetiva, mantendo os sistemas políticos e jurídicos tradicionais, com os sobas como intermediários entre as suas aldeias e a administração britânica da recolha de impostos, mas sim um eixo geoestratégico de modo a controlar o Oceano Índico. Foi esta a lição da História do Hindustão que os Chineses aprenderam bem. Tendo pés bem fincados quer na zona terrestre da África Oriental quer na zona marítima do Oceano Índico. Eis a tentativa de resposta da Índia.

5. A Resposta à Hegemonia Chinesa: Da Política Interna à Política Externa da Índia

Depois de 1947, altura em que a Índia consegue, depois de dois anos do fim da Segunda Guerra Mundial que fragilizou a Grã-Bretanha, mas também graças

8. Do Português Boa baía que foi depois oferecido como dote de uma princesa portuguesa Catarina de Bragança com um monarca inglês, Carlos II, que passou a Bombaim e no período pós-colonial escolheu-se um nome diferente Mumbai.

ao exército de indianos recrutados para impedir a entradas dos Japoneses no Nordeste da colônia indiana, e que facilmente podia ser mobilizado contra a ocupação britânica, que a Índia consegue, não apenas com o *Bapuji*, o pai da Índia Moderna, a sua independência no mesmo dia da *Partition* entre Índia, Estado secular, e a República Islâmica Paquistão (Ocidental e Oriental). No início da década de 70, o Paquistão Oriental tornar-se-ia o Estado secular do Bangladesh, embora maioritariamente ocupado por muçulmanos, pelo seu laicismo não apresenta ameaças à Índia.

No entanto, a União Indiana já plenamente independente, não deixou de pertencer à *Commonwealth of Nations*, agora com o estatuto de Estado independente, pois interessava-lhe manter laços políticos com os países, mesmo que ainda sob ocupação britânica. Já na década de 60, as colônias anglófonas da África Oriental conseguiram a sua independência, e imitaram o exemplo da Índia, formando-se assim a *New Commonwealth of Nations* encabeçada pela Rainha de Inglaterra.

Em relação, agora, ao mercado interno da Índia, a sua população que ultrapassará a da China, pelo facto da política de natalidade do filho único ter resultado na China, as políticas de natalidade na Índia foram desastrosas, ao ponto de oferecer televisores aos jovens casais, e até à prática obrigatória da vasectomia, que foi visto pela comunidade muçulmana da Índia (a terceira maior do mundo, depois da Indonésia e do Paquistão, e em quarto lugar o Bangladesh com uma densidade demográfica exponencial) como uma tentativa de aniquilação dos muçulmanos na Índia.^[9] A população indiana já se aproxima dos 1,3 mil milhões de habitantes.^[10]

Dado isto, concentremo-nos na política externa do *Elefante*. Levanta-se desde já uma questão, no que diz respeito em relação entre política interna e política externa de um Estado ou entre Estados, encontramos fundamentalmente duas tendências (cf. a proposta de Sitaraman (2016) e o enquadramento histórico da política interna de Santos (2015):^[11]

Em primeiro lugar, a política interna determina clara e inequivocamente, *mutatis mutandis*, a política externa. Em segundo lugar, a política interna não determina a política externa, em que a mudança de cor política de um go-

9. Tal como se de uma limpeza étnica se tratasse. Sobre o conceito de limpeza étnica, veja-se Rodrigues (2014).

10. Sobre o caso da Indonésia, o maior país muçulmano do mundo, designadamente, a sua História e democratização, veja-se Valente (2007).

11. Srinii Sitaraman, ex-docente na Clark University e ex-investigador de Harvard, que tive o prazer de conhecer numa conferência internacional da Universidade de Deli e que foi convidado para uma conferência no ISCSP e que disponibilizou a informação do seu *powerpoint*. A moderação da comunicação foi partilhada com o Prof. Nuno Canas Mendes.

verno que já não corresponda à política do governo do Estado com quem estabelece relações diplomáticas, primordialmente financeiras, a política externa permanece incólume, aproximando a política a uma *Realpolitik* e que não é um obstáculo necessariamente à manutenção do *statu quo*. Assim sendo, a política externa mantém-se mesmo com uma cor política diferente dos partidos políticos que formam o governo dos Estados que estabelecem entre relações diplomáticas. Esta última em inglês é dita “*Status Quo(ist) Foreign Policy*”.

O primeiro caso é o que se verifica no início do período pós-colonial da Índia em que a herança de Gandhi, com uma Índia independente do mercado internacional, autossuficiente, virada exclusivamente para o mercado interno, com as suas 100.000 aldeias, correspondendo cada uma a uma unidade básica, passo a redundância, sob a forma de um conselho de aldeia, panchayat, da administração pública com competências próprias.

Assim como, a Índia de Nehru, partido de esquerda, o INC (Congresso Nacional Indiano) ou CP (Congress Party), diametralmente oposto à ideologia mais conservadora e com algumas alas fundamentalistas do BJP, Bharatiya Janata Party, Partido do Povo Indiano, é mais recetiva a políticas de neutralidade tal como em Bandung, sendo a Índia a grande líder dos países não-alinhados. A Índia de Indira, pautou-se pela nacionalização das indústrias e dos bancos e pelo Tratado de Amizade com a União Soviética (1971).

Já por sua vez, Rajiv que, apesar de herdar a tradição esquerdista da dinastia Nehru-Gandhi, cúmplice da ideologia política do Partido do Congresso, encetou medidas de neoliberalismo, aproximando a Índia do Partido Conservador com Margaret Thatcher e dos Estados Unidos pela mão de Reagan, do Partido Republicano.

De facto, esta conceção de uma Índia fechada ao mercado internacional foi interrompida no governo pelo INC com o primeiro-ministro Naramha Rao (1990-1996), que tinha como ministro das finanças Manmohan Singh, uma das pastas mais difíceis, tornar-se primeiro-ministro da Índia durante duas legislaturas (2004-2009; 2009-2014), mesmo não pertencendo à dinastia Nehru-Gandhi.

De apelido Singh, maioritariamente de Sikhs do Estado de Punjab e de língua oficial o panjabi, foi uma peça de xadrez que foi movida por Sonia Maino, vestida com o sari branco de viúva de Rajiv, permaneceu no lugar de Presidente do Congresso Nacional, mas ao ganhar as eleições, mantendo o seu estatuto no Partido, tornando-se de acordo com a revista Forbes, a nona mulher mais influente no mundo, mas delega a função de primeiro-ministro neste sikh que defendeu uma tese de em Oxford sobre a prioridade da Índia se abrir ao mercado internacional. Também por outras questões, tratava-se de uma

figura política de uma minoria, nem hindu nem muçulmano, um mal menor, outra razão prendeu-se com o facto de ter sido uma boa estratégia de apaziguar as sublevações secessionistas e nacionalistas do Estado de Punjab, que custou a vida de Indira Ganhi pelos seus guarda-costas sikhs que a assassinaram com punhais, um elemento da identidade panjabi defendido legalmente na Constituição indiana, a maior do mundo, como uma forma de represália das sublevações nacionalistas que foram aplacadas com militar a ocupação do Templo Dourado da capital religiosa do Punjab indiano, em Amristar . E assim sendo que melhor forma de mostrar uma prova de perdão, que Gandhi nos ensinou depois de ter lido o Novo Testamento.^[12]

A mudança no sentido do mercado internacional revolucionou a economia da Índia. É neste momento que a Índia começa além de potência regional a passar para o sentido de uma potência mundial. A influência, sem par, de Manmohan Singh na sociedade e economia indianos, foi tema de um filme biográfico da indústria cinematográfica, a maior do mundo, de Bollywood, “The Chosen”.

Por sua vez, foi Modi, o mais recente primeiro-ministro da Índia que conseguiu também duas legislaturas (2014-2019; 2019-), ambas com maioria absoluta, que pretende a constituição de um Estado teocrático hindu, o Maha-Bharat, a Grande Índia do Grande Épico, cuja *Staatsreligion* seria o Sanatana Dharma, i.e., o Hinduísmo, na tradução da sanscritista Madeleine Biardeau, “a ordem cósmica e social eterna” (1995). O que fez Salmon Rushdie afirmar na revista francesa *Philosophie Magazine*:

J'étais très attaché à l'idée répandue selon laquelle l'Inde représentait «la plus grande démocratie du monde». Une démocratie imparfaite et corrompue, certes, mais un pays où la liberté d'expression était possible, où plusieurs voix politiques s'affrontaient et où les élections étaient l'occasion de chasser un parti du pouvoir. Aujourd'hui, ce pays dérive rapidement vers le nationalisme et le fascisme (2017:14).^[13]

12. Refira-se, a título de curiosidade que a Infanta Dona Leonor, futura Rainha de Espanha, antes de partir para Gales, estava já a ser preparada para a nova conjuntura mundial da sua geração em que o centro dos capitais já não entre a União Europeia e os Estados, mas sim Índia e China, tendo para tal tem uma professora particular para torná-la fluente em inglês, a língua de trabalho, a par do hindi, da Índia; e ter aulas três vezes por semana de Mandarim. De facto, a monarquia tem sempre a vantagem de muito bem e desde tenra idade preparar as suas figuras de Estado. A Infanta Dona Leonor aprende também o catalão. No seu primeiro discurso oficial em Barcelona, fá-lo em catalão, também, no sentido de Catalunha se sentir mais próximo de Madrid, apaziguando as sublevações nacionalistas catalãs.

13. A título de exemplo, na trilogia “Water”, “Fire”, “Earth” de Deepa Mehta: a mulher indiana realizadora de cinema mais conhecida na Índia, os dois primeiros filmes foram postos, os dois primeiras foram postos no índex, de todo, e no terceiro, algumas cenas retiradas, qual censura com lápis azul.

Mas uma das medidas tomadas por Narendra Modi, determinante para a renovação do seu mandato, foi o de legislar contra as taxas alfandegárias, permitiu a constituição de um mercado interno de livre circulação de produtos, bens ou serviços. De novo, uma das iniciativas mais interessantes da primeira legislatura de Narendra Modi foi, de facto, ter ultrapassado o problema da ordem alfandegária entre os Estados da União Indiana, um Estado Federado. Um produto para chegar do Estado do Gujarate até, por exemplo, ao mais distante Estado de Bihar, tinha que ser cobrado uma taxa alfandegária por todos os Estados pelos quais os produtos eram exportados no mercado interno, o que certamente contribuía para o aumento dos produtos encarecidos pelas taxas alfandegárias, inibindo uma Índia que inicialmente se afirmava como um Estado direccionado para o comércio interno.

Por outro lado, a política nacional pode não ser necessariamente determinante na política externa. Se Atal Behari Vajpayee no início da sua legislatura 1998 e 2004 (líder da *First Saffron Wave* — expressão de Hanson [1999]) fez explodir três bombas nucleares junto do deserto que faz fronteira entre o Estado do Gujarate e a República Islâmica do Paquistão. Já, desta feita, Narendra Modi que é fundamentalista e clara e inequivocamente contra a presença da comunidade muçulmana na Índia, na sua política interna no seio da União Indiana, com a intenção última de criar um Estado-Nação hexagonal e monolítico cultural, religiosa e linguisticamente, que seria um *Maha Bharat*, “Grande Índia”, cuja *Staatsreligion* seria o Hinduísmo.^[14] No entanto, Modi na política externa pretende que o Paquistão se mantenha um parceiro económico na SAARC (South Asian Association for Regional Cooperation), uma resposta não muito bem sucedida ao ASEAN, pelo facto desta ter falhado em muitas das intenções conjuntas dos Estados da Ásia do Sul (ou subcontinente indiano), como a erradicação da pobreza, da liberalização das exportações e importações, com menos taxas tal como o NAFTA.^[15] Por isso, a política interna e a política externa nem sempre são faces da mesma moeda.

Refira-se que o jogo do poder pode encontrar no jogo de xadrez uma parábola interessante. Neste momento (antes das últimas eleições de Maio de 1998) o CP ainda resgata o poder divino que o nepotismo da dinastia Nehru/Gandhi — na figura de Rahul — reclama. Rahul, o candidato derrotado (nas eleições anteriores), mantém-se. Porque a dinastia Nehru/Gandhi poderá apostar, por enquanto, em Rahul, i.e., na figura do rei, enquanto Modi tem uma conjuntura política (e económica favoráveis) de uma reeleição, de uma segunda legislatura

14. Para uma leitura em torno do Estado-Nação, veja-se Amante (2014).

15. Vide *The Economist*, “The Hissing Cousins” (2017: 3-5).

(com maioria absoluta, o que artigo donde foi retirado este excerto foi previu nos seus últimos parágrafos). Mas queimado, de novo, o Rei nas eleições deste ano, avança-se potencialmente para outra peça do tabuleiro de xadrez a Rainha. E a Rainha é Priyanka Gandhi Vadra — que mantém o seu *maiden name* — e que poderá ser a próxima candidata em 2022, [pela sua aparência física contundentemente faz lembrar a saudosa Indira Gandhi, dos tempos em que “Índia is Indira e Indira is Índia” (D. D. Barooah cit. in Luce, 2006: 186), em que a filha de Nehru era considerada uma manifestação da Deusa Hindu (Durga, por metonímia no Hinduísmo Popular, o Absoluto) (Santos, 2015: 213), por isso podemos chamá-la a nova Indira Gandhi], em que a probabilidade de Modi ser reeleito pela terceira vez será muito menor (fundamentalmente de nessa altura já apresentar uma idade já avançada) (Santos, 2019: 311).

Assim sendo, a “*Status quo(ist) Foreign Policy*” tem como exemplos paradigmáticos, como a aliança entre a Índia e os Estados Unidos, mesmo com cores políticas opostas, do abraço do republicano Bush Jr. e Manmohan Singh do PC, partido político de ideologia de esquerda. Assim como o abraço entre Narendra Modi e o democrata Barak Obama. Imperativos económicos falam mais alto do que ideologias políticas, aproximando as relações internacionais, muitas vezes, de uma *Realpolitik*.^[16]

6. Simetrias e Assimetrias

A China já caminha a largos passos. A China é um outro mundo à parte, pelo facto de não ter sido colonizada totalmente, apenas com as exceções de Hong Kong e Macau, exceções que confirmam a regra. O ensino do inglês na China é desencorajado, enquanto na África Oriental com a exploração dos recursos, construção de caminhos de ferro e a construção civil, já há aulas de mandarim.

A título de exemplo, a Índia não consegue fazer o que faz a China em relação aos seus académicos que foram para os Estados Unidos com o propósito último de obter o *green card*. Mas assim sendo, durante o *summer school* nas universidades da China, estes académicos são convidados a ensinar durante este período de férias, o que ensinam durante o ano letivo nas universidades norte-americanas de excelência. Ao *brain drain* a China responde com o *brain gain*.^[17]

Por sua vez, uma das vantagens que a Índia tem e a China não, é o facto da Índia ser muito mais ocidentalizada. a par do hindi, o inglês ser também a língua oficial. O inglês é usado na tradução de toda a legislação, é a língua da

16. Para uma definição de *Realpolitik*, veja-se Nogueira Pinto (2014).

17. Interessantemente, Sheshabalaya na dedicatória do seu livro escreve o seguinte: “Este livro é dedicado aos professores P. N. Das, que deixaram o Minnessota, Harvard, Columbia e Oxford e regressarem à Índia para acordarem o elefante”(2006: iii).

Academia, e dos negócios nacionais e internacionais, preparando toda uma nova geração fluentemente bilíngue. Além disso, o domínio do inglês também é muito interessante porque permite, além dos *call centres*, fazer aquilo que se chama *tele-working*, cuja grande vantagem é a de dispensar virtualmente a necessidade de deslocalização das multinacionais, com todos os seus custos, no sentido de obter mão de obra mais barata, qualificada ou não, o que dependerá do produto, i.e., bem ou serviço em países terceiros (Seshabalaya, 2006: 356-358).

De facto, se os Estados Unidos passarão a ser a segunda potência mundial, seguindo-se da China hegemónica, terão de aproximar-se da futura potência mundial: a Índia. São bem conhecidos os *call centres* que funcionam em dois turnos na Índia: o *shift* da Grã-Bretanha e o dos Estados Unidos. A população da Índia é muito jovem, com cada vez mais estudos académicos e fluentes em inglês, constituindo uma mão de obra interessante quer para a Inglaterra e quer para os Estados Unidos.

Neste último caso, torna-se ainda mais interessante pelo facto de dos Estados Unidos, estarem situados no polo oposto da Índia. Pode parecer uma desvantagem, com turnos noturnos, mas é uma vantagem para aquilo que se chama *tele-working* (cf. Santos, 2015).

India is an example of a society that developed directly from an agricultural economy towards a services economy, missing the industrial revolution. But as far as teleworking is concerned the services-hungry West got in touch first with Japan, Koreans, Taiwanese and finally the Chinese. Only in the mid-90's did India start getting in touch with new kind of e-working. And this happened very fast in India because of many advantages that India has: their English-speaking and highly technical educated college graduates. (Daniel in Santos, 2015: 21)

And finally, even the God's favored India with her location, It has a 10-hourr time difference with the US, so when the offices in the US close for the day, all the work can be shipped immediately to India, where it is now a day job for the numerous teleworkers [and] probably the biggest advantage India has its extremely low cost of services. (Daniel cit. in Santos, 2015: 21)

Assim como a IT, i.e., a Tecnologia de Informação, na sua tradução para português, pode contribuir para o *empowerment* das mulheres na Índia:

The job opportunities being offered by Information Technology, along with the freedom of time and place is attracting a ver high percentage of techically and professionally qualified women in the [e-]work force. (Ahuja cit in Santos, 2015: 22-23)

Isto é o teletrabalho que faz com que não se justifique a necessidade de deslocalizar as empresas para a Índia no sentido de mão de obra mais barata, a ligação online já o permite neste caso, por exemplo, até a uma mulher indiana com a devida formação com um PC ligado à internet em casa, fazer teletrabalho e com maior flexibilidade manter ao mesmo as suas tarefas tradicional e religiosamente prescritas, até religiosamente, como tomar conta da casa, dos filhos e dos mais idosos.

Mas a Índia, tal como a China, ambas crescem a dois ritmos. Um ritmo muito rápido nos grandes centros urbanos na Índia, Mumbai, Calcutá, Nova Deli, mas no interior a Índia é constituída por 1 *lokh* de aldeias (*lokh* é um número indiano que corresponde aos cem mil), neste caso são 100.000 aldeias, pobres, analfabetas, sem condições de salubridade e de qualidade de vida mínimas.

Na Índia há a destacar ainda Bangalore, no planalto do Decão, no centro do subcontinente indiano, a *Sillicon Valley* da Ásia, onde estão representadas as principais empresas do software do mundo. China é hardware. A Siemens cumpriu os mínimos olímpicos ao ter construído aí o maior aeroporto da Ásia em 33 meses. De facto, a maior parte da produção da Alemanha não se limita de todo, às fronteiras da Bundes Republik Deutschland, grande parte da produção é feita no estrangeiro.

A China, por sua vez, também é pautada por uma grosseira assimetria entre a China Amarela, a do interior, a do cultivo intensivo do arroz e, por sua vez, as zonas económicas especiais que nos fazem lembrar o que foi construído numa geração no Dubai.

Mas a assimetria entre as capacidades de lidar contra a propagação da Covid-19 entre a Índia e a China foi abismal. Imediatamente China isolou *Wuhan*, capital da Província de *Hubei*, e tentado minimizar a sua transmissão para outras províncias, graças a um grande esforço do *Politburo* liderado pelo ministro da saúde chinês; enquanto na Índia, o segundo país mais afetado pelo vírus, atrás apenas dos EUA, deu-se um tremendo êxodo urbano, muitas vezes a pé, para escapar à escassez de recursos alimentícios nos centros urbanos, por falta de infraestruturas de distribuição de bens básicos, com os mercados fechados e as ruas vazias, e regressando assim às suas aldeias de origem, sendo um países mais afetados em toda a Ásia.

Ao contrário do Brasil e da Índia, a China respondeu imediatamente e com sucesso contra a propagação da Covid-19. No seu discurso à nação chinesa feito em mandarim em setembro de 2019, celebrando os 70 anos de liderança comunista na China, Xi Jinping, (na praça de Tiananmen contígua à cidade proibida do Imperador, onde estão colocadas as fotografias dos líderes do Partido Comunista desde Mao Tsé-Tung), dizendo, como vi na televisão o discurso

traduzido para inglês [e na versão livre portuguesa] “Nada pode impedir a nação e os povos chineses”. Discurso esse que já assume a hegemonia do Império do Meio” (Santos 2020: 302).

Após as mortes *en masse*, com filas de corpos cremados no rio Ganges no auge da Pandemia na Índia em maio e em abril, e outros tantos lançados sem cremação para o rio (Constable, 2021), contra a lei, por escassez de lenha, pelos custos crescentes associados aos funerais e pelo facto de não haver crematórios suficientes. Só dois anos depois em Outubro de 2021, Narendra Modi dirige-se à nação, elogiando o “*teamwork*” de produção no país de vacinas, “*Made in India, Made by India*” por no dia anterior ter sido administrado mil milhões (sob a forma de anglicismo, significa “*one billionth*”) de doses da Vacina AstraZeneca, de dose única, a 90% da população da União Indiana. A economia pós-Covid não se desenvolveu totalmente, mas desde o Verão que o mercado de bolsas recuperou e o PIB já se encontra na ordem dos atualmente 10.5% e a atingir, segundo as projeções 12,8%, o maior número das Grandes Potências Mundiais.

No seu discurso afirma ainda:

100 crore [crore significa milhões] vaccine jabs is just not a number. It is the reflection of the capacity of this country, this is a new chapter of the country, a country that knows how to achieve huge targets. (Sharma, 2021)

O elefante aproxima-se, pé ante pé, do Dragão.

7. Estratégias da Política Externa da Índia

O *quid-pro-quo* entre a Índia e a aliança entre a China e o Paquistão, mantêm-se nas fronteiras entre estes três países, particularmente, a fronteira mais militarizada do mundo, na zona de Caxemira, o celeiro do subcontinente indiano, e ainda com a recusa da Índia em reconhecer a anexação do Tibete e sua crescente sinização pela cultura Han hegemónica, recebendo no Uttar Pradesh, no “Estado do Norte”, o governo provisório do Tibete na cidade de Daram-Sala.

A política externa da Índia acaba por ser uma contrarresposta a uma primeira política externa chinesa anterior e já mais sistematizada e consolidada. De modo a responder a crescente influência marítima no Sudeste Asiático e no Oceano Índico, incluindo a aliança China-Paquistão, a Índia reage de seguinte maneira.

De acordo com Sitaraman (2016):

- Um *rapprochement* aos Estados Unidos, mesmo dado o facto circunstancial da Índia importar o petróleo iraniano e os problemas

diplomáticos que tal levantou, quando Trump foi recebido na sua visita oficial à Índia, no maior estádio de cricket do país, no Estado de Gujate, onde Narendra Modi havia sido *Chief-Minister*, o cargo máximo de um Estado da União Indiano, o presidente dos EUA foi aplaudido *en masse*. (Ambas as figuras de Estado são de direita conservadora do Partido Republicano e o seu correspondente indiano Bharatiya Janata Party “Partido do Povo Indiano”) No discurso de Trump, ele afirma que a Índia e os Estados Unidos têm um inimigo em comum: o Islão.^[18] Imensamente, a China foi um não dito, um não explicitado, algo apenas tácito e não verbalizado. Por sua vez, Modi referindo-se à Nação em hindi, abre o seu discurso dizendo “Trump mera dos hé”, (Trump é meu [nosso] amigo)^[19];

- Ainda em relação ao Japão que retirou as suas empresas deslocadas na China pelo facto da mão de obra ser mais barata à partida, sendo este país o maior exportador de automóveis de topo de gama nas faixas rodoviárias de Nova Deli e dos restantes centros urbanos, Bangalore, Mumbai, Calcutá que já é sinal de crescimento de uma classe média indiana que tem poder de compra muito mais do que para um simples Tata (um carro produzido na Índia de pequena dimensão com menos custos possíveis, o tablier tem apenas as funções mais básicas, a título de exemplo, para generalizar o acesso a automóvel à classe média baixa, mas que foi um erro de Marketing); a classe média indiana emergente prefere comprar um carro japonês de topo de gama;
- Uma aproximação à Austrália, Filipinas, Vietname e Tailândia que tentam resistir à hegemonia crescente da China, são bons aliados aos propósitos da Índia, tal como a Espanha e a América Latina, especialmente, a América do Sul.

E de acordo com Sheshabalaya (2006):

Além de investir em exportações no sentido do ASEAN, A Índia tem investido no Mercosul, o mercado comum dos países da América do Sul, formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, (em detrimento do México, neste último caso) em que ambos foram mercados interessantes para “as exportações indianas não só de serviços bem como de produtos industriais (carros,

18. Para uma leitura então do Islão e do Fundamentalista Islâmica, veja-se Almeida e Silva (2014; 2016), respectivamente.

19. #Donald Trump# Modi-TrumpSummit# TimesNowLive, in <<https://www.youtube.com/hashtag/moditrumpsummit>>.

camhões, *scooters* e motos, eletrodomésticos, materiais de construção, medicamentos e produtos alimentares)” (Sheshabalaya, 2006: 254-255).^[20]

Da América Latina, o México em prejuízo do Brasil, seu concorrente e não deixa de ser um *lobby* poderosíssimo nos Estados Unidos, dada as migrações da América Latina Católica no sentido do grande vencedor da II Guerra Mundial que acabaria desde os anos 60, a Idade de Ouro das migrações internacionais junto das sociedades ocidentais americana e europeias, o que resultou no que num discurso de Adriano Moreira de mais há 30 anos na Aula Magna do IS-CSP no Palácio de Burnay falava já de uma verdadeira hispanização dos Estados Unidos, em particular, dos *chicanos*, termo pejorativo para os mexicanos que são a grande fatia da população residente e ilegal hispânica, esta última vai já na ordem dos 20%, pelo que dentre algumas gerações poderemos ter uma percentagem na ordem dos 25% de hispânicos em solo norte-americano e quem sabe um primeiro presidente dos Estados Unidos, pela primeira vez, bilingue em inglês e castelhano. Estas comunidades hispânicas aumentam com a permanente ilegalidade nos fluxos migratórios e pelo facto de as famílias destas comunidades hispânicas terem uma taxa de natalidade superior à população WASP (White Anglo-Saxon Protestant, a cultura dominante na sociedade norte-americana) e afro-americana. Mas as comunidades latinas também incluem as comunidades brasileiras nos Estados Unidos e é o Brasil que é o maior país da América Latina que têm mais recursos e uma independência dos mercados internacionais de petróleo, posto que optaram pela cana-de-açúcar manufaturada no sentido de produzir combustível para o parque automóvel.

Mas podemos incluir outras peças de xadrez:

- Os velhos aliados anglófonos da histórica *New Commonwealth of Nations* encabeçada pela Rainha de Inglaterra, que inclui países como o Canadá, os países de África Oriental cujo eixo de telégrafo e depois de linha de comboio desde Cairo a Cabo foram construídos pelos britânicos na colonização moderna. Numa comemoração dos 150 anos do nascimento de Mahatma Gandhi pela Embaixada da Índia num anfiteatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, numa comunicação em diferido de uma embaixadora sul-africana negra, esta dirige-se à plateia indiana, abrindo o seu discurso com a seguinte expressão tão reveladora “*Our brothers and Sisters of India*”, não fora grande a influência de Gandhi junto de Nelson Mandela e até Martin Luther King, a da luta pela *non-violence*, *ahimsa*.

20. Para uma leitura sobre o ASEAN, veja-se Mendes (2014) e sobre o Mercosul (Fernandes 2014).

- E ainda o apoio dos G4 (Índia, Alemanha, Japão e Brasil), uma aliança concertada dos potenciais candidatos a um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que foi constituído no contexto após a Segunda Guerra Mundial, sendo agora, por demais, *démodé*. São os grandes derrotados da II Guerra Mundial, mas que seguiram em frente e recuperaram as suas economias, o Japão (cujos automóveis dominam as *highways* de Nova Deli e dos outros principais centros urbanos) e a Alemanha, que depois do Brexit, se tornou o aliado mais próximo de toda a União Europeia, tanto que a República Federal da Alemanha é um dos membros do G4) (ambos com o veto norte-americano).^[21] E a Índia eternamente com o veto da China.

8. A Ásia e o Poder

No tabuleiro de xadrez do Oriente, temos, sobretudo, Narendra Modi em Nova Deli com maioria absoluta sem oposição eficaz, e do outro lado temos, em Beijing, Xi Jinping, que prolongou a sua posição de Presidente do Partido Comunista da República Popular da China indefinidamente, e sem sucessores, mudando o decreto da sua sucessão, tornando-se o líder permanente e efetivo do Partido Comunista Chinês, enquanto viver, tornando-se o “novo imperador da China”.^[22]

A China quer impor-se ao resto do mundo e a Índia quer com os aliados, que não a China, negociar. Mas ambos têm como denominador comum, a ambição de, na Ásia e no resto do mundo exponencialmente globalizado, dominar.^[23]

O Poder é o Ópio do Capitalista, i.e., das Novas Grandes Potências Mundiais Asiáticas, o Dragão e o Elefante, que não é mais do que “um exercício de mimesis (sic)” (Valverde, 1998: 240), *tout court*.

Data de receção: 15/11/2021

Data de aprovação: 20/12/2021

Referências

#Donald Trump# Modi-TrumpSummit# TimesNowLive, in <https://www.youtube.com/hashtag/moditrumpsummit>.

21. Sobre o controverso Brexit, veja-se *The Economist* (2017: 25-27).

22. Veja-se, a este respeito, *The Economist*, “A potential successor of Xi Jinping is purged”(2017: 47).

23. Para a questão da globalização, veja-se Balão (2014).

- IDN, (2021). Aukus e os Interesses de Segurança e Defesa no Indo-Pacífico. *Instituto de Defesa Nacional* (idnbrief), novembro 2021.
- Ahuja, S. (2003). Teleworking: Opportunities for the Indian Woman, in Rapp; Birger & Jackson (eds.), *Organization and Work Beyond 2000*, Heidelberg & New York, Physica-Verlag.
- Almeida e Silva, T. (2014). Islão. In Mendes, N. C. & Coutinho, F. P. (Coord.) (2014), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Alfragide: Publicações Dom Quixote, 275-277.
- Almeida e Silva, T. (2016). *Islão e Fundamentalismo Islâmico: Das Origens ao Século XXI*. Lisboa, Pactor, 2.^a edição atualizada.
- Amante, M. F. (2014). Estado-Nação. In Mendes, N. C. & Coutinho, F. P. (Coord.) (2014), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Alfragide: Publicações Dom Quixote, 181-191.
- Balão, S. (2014). Globalização. In Mendes, N. C. & Coutinho, F. P. (Coord.) (2014), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Alfragide: Publicações Dom Quixote, 227-229.
- Biardeau, M. (1995) *L'Hindouisme: Anthropologie d'une Civilisation*. Paris, Flammarion.
- Constable, P. (2021). The mystery of the hundreds of bodies found in India's Ganger River, in *The Washing Post*, https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/india-coronavirus-ganges-river-bodies/2021/05/21/73cbced6-b811-11eb-bc4a-62849cf6cca9_story.html, 22 de maio.
- Fernandes, K. M. (2014). Mercosul. In Mendes, N. C. & Coutinho, F. P. (Coord.) (2014), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Alfragide: Publicações Dom Quixote, 308-310.
- Fonseca, P. (2003). *Para uma Geopolítica do Petróleo: Elementos de Análise, Perspectivas dos Projectos, Relações de Força e Desafios Estratégicos dos Principais Actores do Sistema Petrolífero Mundial*. Tese de mestrado no ISCSP, edição de autor.
- Hanson, T. B. (1999). *The Saffron Wave: Democracy and Hindu Nationalism in Modern India*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- He, K. & Li, M. (2020). Understanding the dynamics of the Indo-Pacific: US-China strategic competition, regional actors, and beyond. *International Affairs*, 96:1, 1-7.
- Luce, E. (2007). *In Spite of the Gods: The Rise of Modern India*. Nova Iorque, First Anchor Books Edition.
- Mendes, N. C. & Coutinho, F. P. (Coord.) (2014). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Mendes, N. C. (2014). ASEAN. In Mendes, N. C. & Coutinho, F. P. (Coord.) (2014), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 42-44.
- Mendes, N. C. (2014). Conferência de Berlim. In Mendes, N. C. & Coutinho, F. P. (Coord.) (2014), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 93-94.
- Meredith, R. (2007.) *The Dragon and the Elephant: The Rise of India and China and What It Means for All of Us*. New York, W.W. Norton & Company.

- Nogueira Pinto, J. (2014). RealPolitik. In Mendes, N. C. & Coutinho, F. P. (Coord.) (2014), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 443-446.
- Patrício, R. (2014). Política Externa. In Mendes, N. C. & Coutinho, F. P. (Coord.) (2014), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 407-410.
- Pinto, G. (2015). *China and India's Maritime Geostategies: Scenarios for 2030*. Lisboa, ISCSP, Tese de mestrado, edição do autor.
- Rajagopalan, R. (2020). Evasive balancing: India's unviable Indo-Pacific Strategy. *International Affairs*, 96:1, 75-93.
- Rodrigues, I. (2014). Limpeza étnica. In Mendes, N. C. & Coutinho, F. P. (Coord.) (2014), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 94.
- Romana, H. (2002). A RPC na cena internacional: O contexto da Ásia-Pacífico. *Daxi-yangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, vol. 1, n.º 1, 79-106. Instituto do Oriente.
- Rushdie, S. (2017). Bien Venue dans L'Ère de l'Impossible. *Philosophie Magazine*, Mensuell, n.º 111, Été, 8-14.
- Santos, P. M. (2012). India's Secular Democracy: An Example to the World. Comunicação apresentada na Conferência Internacional organizada pela University of Delhi, *Imagining India as a World Power: Asian Politics, The Indian Ocean and Balancing Powers*.
- Santos, P. M. (2015). Information Technology and Teleworking: The Advantage of education in English in the Age of Globalization. In Amuthan, A. & Kumar, S. (eds.) *Quality of Education in the Age of Globalization*. K. Publishers, Tambaram, Chennai, Tamilnadu, India, 19-24.
- Santos, P. M. (2015). *Secularismo Pan-Indiano vs. Fundamentalismo Hindu: Um contributo para a Análise Histórico-Sociológica das Ideologias do Nacionalismo da Índia Colonial e Pós-Colonial*. Lisboa, ISCSP, Coleção Estudos Políticos e Sociais.
- Santos, P. M. (2018). Secularismo pan-indiano vs fundamentalismo hindu: Gandhi vs. Savarkar e Golwalkar. *Revista Fórum Sociológico*, on-line, (<https://sociologico.revues.org/>), CESNOVA, Centro de Estudos de Sociologia da FCSH da UNL, n.º 33/29-36.
- Santos, P. M. (2019). Índia e as Eleições de Maio de 2019: A Terceira “Saffron Wave” e a Futura Nova Indira Gandhi. In Lara, A. S. (Coord.) *Segurança e Crises Internacionais, Lições*, Edições MGI, 309-312.
- Santos, P. M. (2020). A política externa da Índia: A questão do Corona Vírus. In Lara, A. S. (Coord.) *Crises e Desafios Internacionais*, Edições MGI, 299-303.
- Sharma, A. (2021). Science-Born, Driven, Based: PM On Vaccine Program After 1 Billion Feat. All India, <https://www.ndtv.com/india-news/pm-narendra-modi-on-100-crore-vaccinations-feat-image-of-a-new-india-2583830>, 22 de outubro.
- Sheshabalaya, A. (2006). *Made in Índia; A Próxima Superpotência Económica e Tecnológica*. Lisboa, Centro Atlântico.

- Sitaraman, S. (2016). *The Second Saffron Wave and the Turbulent Triangles*. Apresentação em Powerpoint na conferência realizada no ISCSP (moderadores: Prof. Pedro Matias Santos e Prof. Nuno Canas Mendes).
- The Economist (2017). Politics: Sun's out: a potential successor to Xi Jinping is purged. In *Facing up to Brexit*, 47.
- The Economist (2017). Special Report India-Pakistan: Hissing Cousins. In *Facing up to Brexit*, 3-5.
- The Economist (2017). Britain and the European Union. In *Facing up to Brexit*, 25-27.
- Valente, A. (2007). *Militares e Transição Democrática: O Caso da Indonésia*. Dissertação de Mestrado no ISCSP, edição do autor.
- Valverde, P. (1998). Carlos Magno e as artes da morte: Um estudo sobre o Tchiloli da Ilha de São Tomé. *Etnográfica*, Volume II, n.º 2, 221-250.

Sobre o autor

PEDRO MATIAS SANTOS é docente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e investigador do Instituto do Oriente. Na sua tese de doutoramento, o autor desenvolveu, particularmente, a política interna da Índia, pretendendo com o seguinte artigo passar a tratar também a política externa da Índia. [ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2829-6117>]

About the author

PEDRO MATIAS SANTOS professor at the School of Social and Political Sciences of the University of Lisbon and a researcher at the Orient Institute. In his doctoral thesis, he developed, particularly, the national policy of India, intending with the following article to go further and to deal with the foreign policy of India as well.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2829-6117>]